

1.000

QUESTÕES PARA O

PP-SP

POLICIAL PENAL

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	13
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	15
→ SUBSTANTIVO	18
→ ADJETIVO	19
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ PRONOMES PESSOAIS.....	23
→ ADVÉRBIO	24
→ NUMERAL.....	26
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	27
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	29
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	32
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	34
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	37
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	42
→ CRASE.....	44
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	50
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	55
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	58
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	80
→ GABARITO 	87

MATEMÁTICA..... 89

→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	89
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	89
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	90
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	90
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	91
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	91

→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	92
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	92
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	93
→ PORCENTAGEM.....	94
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	95
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	95
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	96
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	97
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	98
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	98
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	99
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	99
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	100
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO.	100
→ MATRIZES	101
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL	101
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	101
→ JUROS SIMPLES	102
→ GABARITO 	103

HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL 105

→ A ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS (1930 A 1937) - DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO GOVERNO CONSTITUCIONAL	105
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.....	105
→ POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ERA VARGAS. O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA	106
→ O PÓS-GUERRA E A CRISE FINAL DO ESTADO NOVO	106
→ OUTRAS QUESTÕES SOBRE ERA VARGAS	106
→ GOVERNO DUTRA E CONSTITUIÇÃO DE 1946	106
→ GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1951 - 1954)	107
→ GOVERNO JK (PLANO DE METAS, CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA)	107
→ GOVERNO JOÃO GOULART E GOLPE DE 1964	107
→ CONSOLIDAÇÃO DO REGIME MILITAR (1964 - 1968; INCLUI AI-1 ATÉ AI-4, E CF 1967).....	108
→ ABERTURA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1974 - 1985)	108
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE NO REGIME MILITAR.....	109
→ A REDEMOCRATIZAÇÃO NA NOVA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	109
→ POLÍTICA BRASILEIRA NA NOVA REPÚBLICA.....	110
→ ECONOMIA BRASILEIRA DA NOVA REPÚBLICA: DA HIPERINFLAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO E O NEODESENVOLVIMENTISMO.....	110
→ GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS	110
→ O FIM DA BIPOLARIDADE E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	111
→ GABARITO 	112

GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL..... 113

→ BIOLOGIA E BIOMEDICINA - AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	113
→ GEOGRAFIA - POPULAÇÃO BRASILEIRA	113
→ INDUSTRIALIZAÇÃO	114
→ ENERGIA NO BRASIL	115
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL	115
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	116
→ METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	118
→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	118
→ GEOLOGIA E RELEVO.....	118
→ SOLOS	120
→ CLIMAS DO BRASIL.....	120
→ HIDROGRAFIA BRASILEIRA	120
→ BIOMAS, DOMÍNIOS E ECOSISTEMAS.....	121
→ GABARITO 	122

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA.....123

→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	123
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	124
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	125
→ WINDOWS 11.....	126
→ WORD 2019.....	127
→ EXCEL 2019.....	128
→ POWERPOINT 2019	130
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	131
→ INTRANET E EXTRANET.....	132
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	133
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	133
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	134
→ FIREWALL E PROXY	135
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	136
→ BACKUP	137
→ GABARITO 	138

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO..... 139

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	139
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	139
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	139
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	140
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	141

→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	143
→ PODER REGULAMENTAR.....	144
→ PODER HIERÁRQUICO	145
→ PODER DISCIPLINAR	145
→ PODER DE POLÍCIA	146
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	147
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	148
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	150
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	152
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	154
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	155
→ GABARITO 	156

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL FEDERAL.....159

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	159
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	159
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	164
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	166
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	166
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	167
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	168
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	169
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	169
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	170
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	174
→ GABARITO 	177

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL.....179

→ DO PODER LEGISLATIVO (ARTS. 9º A 36 DA CE-SP)	179
→ DO PODER EXECUTIVO (ARTS. 37 A 53 DA CE-SP)	179
→ DO PODER JUDICIÁRIO (ARTS. 54 A 90 DA CE-SP).....	179
→ DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (ARTS. 91 A 110 DA CE-SP).....	179
→ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 111 A 123 DA CE-SP)	180
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO (ARTS. 124 A 138 DA CE-SP)	180
→ DA SEGURANÇA PÚBLICA (ARTS. 139 A 143 DA CE-SP)	181
→ GABARITO 	181

NOÇÕES DE DIREITO PENAL..... 183

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	183
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	183
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	184
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	185
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	186
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIIS (ART. 12 DO CP)	186
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	186
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)	187
→ PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO (ART. 8º DO CP)	187
→ CONCEITO DE CRIME	188
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	188
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)	188
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	189
→ TIPICIDADE E RESULTADO	190
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)	190
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	190
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	191
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	191
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	191
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	192
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	192
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	193
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	193
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	193
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	194
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	195
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	195
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	195
→ EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO OU PROLONGADO (ART. 324 DO CP)	195
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP).....	196
→ TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (ART. 332 DO CP)	196
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	196
→ DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP).....	196
→ FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA (ARTS. 342 E 343 DO CP)	196
→ FRAUDE PROCESSUAL (ART. 347 DO CP).....	197
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	197
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984)	197
→ DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS (ART. 82 A 104 DA LEI Nº 7.210/1984)	197
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984).....	198

→ LEI Nº 7.716/1989 - CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR	198
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	199
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	201
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006)	201
→ DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343/2006)	201
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006)	202
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	202
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006).....	203
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995)	203
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	205
→ GABARITO 	206

NOÇÕES GERAIS 209

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	209
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	210
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	211
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	213
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	214
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 12.527/2011.....	215
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	217
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	217
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	220
→ GABARITO 	221

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP)

1. (Instituto AOC – 2023) Samanta foi condenada à pena de reclusão, por cometimento do delito de roubo majorado pelo concurso de agentes em concurso material com o delito de dano qualificado. Durante a execução de sua pena em regime inicial fechado, o legislador brasileiro editou nova lei e extinguiu a circunstância majorante (causa de aumento de pena) do concurso de agentes no crime de roubo. Acerca desses fatos, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal favorável retroagirá, mas Samanta só terá sua penalidade revisada após progredir de regime penitenciário.
- b) A lei penal favorável não retroagirá, porquanto o legislador não praticou “abolitio criminis”, uma vez que o delito de roubo continuou existente.
- c) A lei penal favorável só poderá ser aplicada aos processos penais futuros, pois a modificação legislativa interferiu sobre a dosimetria penal, e não sobre a capitulação do fato.
- d) A lei penal favorável retroagirá e Samanta terá sua pena diminuída com a exclusão da circunstância majorante antes reconhecida pela sentença penal condenatória.
- e) A alteração legislativa sobre causa de aumento de pena causa revisão na sentença penal condenatória, ainda que a modificação legal resulte na maximização da fração de aumento circunstanciado em terceira fase de dosimetria.

2. (Instituto AOC – 2021) No tocante ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direito Penal (art. 62, §1º, I, alínea b, CF). Nada obstante, o STF firmou jurisprudência no sentido de que as medidas provisórias podem ser utilizadas na esfera penal, desde que benéficas ao agente.
- b) O fundamento político do princípio da reserva legal revela a aceitação pelo povo, representado pelo Congresso Nacional, da opção legislativa no âmbito criminal.
- c) Com a evolução da sociedade e a modificação dos seus valores, determinados comportamentos, inicialmente típicos, podem deixar de interessar ao Direito Penal. Nesse caso, pode-se afirmar que ocorreu a chamada desmaterialização (liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.
- d) O princípio da fragmentariedade se projeta no plano concreto, isto é, em sua atuação prática, o Direito Penal somente se legitima quando os demais meios disponíveis já tiverem sido empregados, sem sucesso, para proteção do bem jurídico.
- e) A primeira manifestação do princípio da personalidade da pena no Brasil ocorreu já no período republicano, com o advento do Código Penal de 1890.

3. (Instituto AOC – 2019) O art. 1º do Código Penal afirma que não há crime sem lei anterior que o defina e que não há pena sem prévia cominação legal. O mencionado dispositivo corresponde a qual princípio de direito penal?

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da proibição de pena indigna.
- c) Princípio da proporcionalidade.
- d) Princípio da igualdade.
- e) Princípio da austeridade.

4. (Instituto AOC – 2018) Segundo o artigo 5º da Constituição Federal, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei e, segundo o artigo 1º do Código Penal Brasileiro, não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal. Os dois artigos citados tratam dos princípios da

- a) dignidade da pessoa humana e da anterioridade da lei penal.
- b) legalidade e da territorialidade.
- c) dignidade da pessoa humana e da territorialidade.
- d) legalidade e da anterioridade da lei penal.
- e) legalidade e da dignidade da pessoa humana.

→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL

5. (Instituto AOC – 2023) O direito penal é um ramo do direito público que tem como finalidade a regulamentação do ius puniendi estatal, ou o poder punitivo do Estado. Enquanto objeto de conhecimento, o direito penal é composto primordialmente de normas promulgadas pelo legislador para definir crimes e estabelecer as consequentes penalidades. Enquanto campo do conhecimento, o direito penal estrutura-se com base em alguns princípios. Considerando o conceito de direito penal descrito, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da lesividade estabelece que a sanção penal prescrita para a infração cometida deve ser proporcional à lesão cometida pelo agente por meio de uma conduta definida como crime.
- b) O princípio da legalidade estabelece que todo o conteúdo do direito penal aplicável deve estar contido em normas positivas estabelecidas pelo Estado, sendo vedado o uso de qualquer princípio ou comando normativo que não esteja contido expressamente na legislação.
- c) O princípio da personalidade estabelece que a pena de uma conduta definida como crime, ao ser aplicada a alguém, deve ser adaptada às suas características pessoais, ao seu grau de culpabilidade e ao grau de reprovabilidade da conduta.

- d) O princípio da individualização da pena estabelece que a punição não pode ultrapassar a pessoa do indivíduo que foi condenado pela prática de uma conduta definida como crime.
- e) O princípio da taxatividade estabelece que os tipos penais que definem condutas puníveis devem ser elaborados de forma suficientemente clara e precisa, de modo a não deixar dúvidas por parte do destinatário da norma.

6. (Instituto AOCB – 2022) Referente ao princípio da insignificância, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite o reconhecimento do princípio da insignificância ao crime de furto de energia elétrica.
- b) Admite-se a incidência do princípio da insignificância na conduta de uso de atestado médico falso.
- c) Não se admite a incidência do princípio da insignificância aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento.
- d) Admite-se a incidência do princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- e) Não se admite a incidência do princípio da insignificância à conduta de pescar durante o período em que a pesca seja proibida.

7. (Instituto AOCB – 2021) Em relação ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A criminalização primária possui duas características: seletividade e vulnerabilidade, as quais guardam íntima relação com o movimento criminológico do labeling approach.
- b) Consoante a jurisprudência do STF, é aplicável o princípio da insignificância ao crime de moeda falsa, desde que seja de pequena monta o valor posto em circulação.
- c) A Política Criminal preocupa-se com os aspectos sintomáticos, individuais e sociais do crime e da criminalidade, isto é, aborda cientificamente os fatores que podem conduzir o homem ao crime.
- d) As fontes de conhecimento são os órgãos constitucionalmente encarregados de elaborar o Direito Penal. No Brasil, essa tarefa é exercida precipuamente pela União e, excepcionalmente, pelos Estados membros.
- e) Em homenagem ao princípio da reserva legal (art. 5º, XXXIX, CF), os tratados e as convenções internacionais não podem criar crimes nem cominar penas, ainda que já tenham sido internalizados pelo Brasil.

8. (Instituto AOCB – 2021) No tocante aos princípios de Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Se de um lado o princípio da proporcionalidade impõe a proibição do excesso, de outro lado esse postulado também impede a proteção insuficiente de bens jurídicos, pois não tolera a punição abaixo da medida correta.
- b) A afirmativa: “a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial” é justificada pelo princípio do ne bis in idem.
- c) Consoante a jurisprudência, para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como, a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada.
- d) A vedação do bis in idem impede a imputação ao agente de um crime (e de uma nova ação penal), cometido no contexto fático de outro delito, o qual era desconhecido na ação penal a este correspondente.
- e) A criminalidade de bagatela imprópria possui natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade.

9. (Instituto AOCB – 2019) João subtrai para si um pacote de bolachas no valor de R\$ 10,00 de um grande supermercado e o fato se encaixa formalmente no art. 155 do Código Penal. Em virtude da inexpressividade da lesão causada ao patrimônio da vítima e pelo desvalor da conduta, incide o princípio da insignificância que tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como excludente de

- a) punibilidade.
- b) tipicidade material.
- c) culpabilidade.
- d) ilicitude formal.
- e) executividade.

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

10. (Instituto AOCB – 2024) Mário foi condenado por sentença penal transitada em julgado em virtude da prática de diversos crimes e, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, soube que uma nova lei descriminalizou uma das condutas que praticou. Nesse caso hipotético, conforme o Código Penal, é correto afirmar que

- a) a descriminalização da conduta não afeta a pena aplicada a Mário, porque a sentença penal já transitou em julgado.
- b) por ter sido condenado por fato que deixou de ser considerado crime, Mário deve cumprir só metade da pena remanescente.
- c) Mário não será beneficiado pela abolição do crime, pois já iniciou o cumprimento da pena aplicada.
- d) a nova lei não repercutirá sobre a pena aplicada a Mário, pois, ao tempo da condenação, a conduta era definida como crime.
- e) a nova lei repercute sobre a pena aplicada a Mário, fazendo cessar a execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime.

11. (Instituto AOCB – 2023) Em relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese de crime permanente, aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade da vítima, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja em vigor no momento da libertação da vítima.
- b) A lei nova que deixa de considerar um fato como crime retroage somente para os casos em que não houver trânsito em julgado.
- c) A lei penal mais benéfica ao acusado sempre retroage, ainda que o fato seja praticado durante a vigência de lei excepcional.
- d) É vedada a combinação de leis penais, ainda que a combinação seja mais favorável ao réu.

12. (Instituto AOCB – 2022) Determinado crime teve nova lei promulgada e entrou em vigor, trazendo uma parte de dispositivos mais benéficos e outros dispositivos mais graves em relação aos crimes que dispõe. Como Promotor de Justiça, ao avaliar a aplicação da lei penal no tempo e alinhar-se à jurisprudência atual dos Tribunais Superiores, relativamente aos casos em andamento, você se posicionaria no sentido de

- a) aplicar integralmente a lei nova em todos seus dispositivos mesmo àqueles que são prejudiciais ao agente do crime, pois teria que aplicar a lei posterior nos casos que favorece o agente, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Código Penal, optando por aplicar integralmente a lei mais nova.

- b) aguardar as decisões judiciais para poder se manifestar com segurança, pois é da competência do juiz a análise e escolha de qual lei é mais favorável, sem combiná-la, podendo o réu ou sentenciado recorrer se não concordar.
- c) adotar uma combinação de leis, aplicando-se ao caso concreto os dispositivos mais benéficos, pois é possível para beneficiar o agente, garantindo a Constituição e tornando efetivos os postulados fundamentais com que ela garante e proclama os direitos universais do homem, atendendo aos princípios da ultra-atividade e da retroatividade in melius, possibilitando ao intérprete extrair da nova lei apenas os dispositivos que atendam aos interesses do acusado.
- d) não permitir a combinação de leis, para extrair-se um terceiro gênero, impedindo que os magistrados atuassem como legislador positivo, em total afronta aos princípios da separação de Poderes e da reserva legal.
- e) fazer uma Consulta formal à Corregedoria-Geral do Ministério Público e aos demais órgãos internos como o Núcleo Criminal e o Centro Operacional Criminal para um posicionamento, devolvendo os processos sem parecer sobre o caso até que viesse a resposta das consultas.

13. (Instituto AOCB – 2021) André cumpre pena em estabelecimento prisional em razão de condenação transitada em julgado pela prática do crime de peculato. Carlos, já condenado em primeira instância, responde em liberdade, em grau de recurso, perante o Tribunal de Justiça do Pará, pela suposta prática do crime de peculato. Advém que entrou em vigor nova lei penal que extirpou do ordenamento jurídico o crime de peculato, ocorrendo a abolição criminis. Considerando as situações hipotéticas narradas, assinale a alternativa correta.

- a) A inovação legislativa não poderá beneficiar André e Carlos, haja vista que não estava em vigor na data dos fatos.
- b) A abolição criminis beneficiará Carlos, mas não poderá ser aplicada a André, pois, nesse caso, já ocorreu o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- c) A abolição criminis beneficiará André e Carlos, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e civis da sentença penal condenatória.
- d) A nova lei penal beneficiará André e Carlos e será aplicada, em ambos os casos, pelo juiz natural de 1º grau competente no caso concreto.
- e) A abolição criminis beneficiará André e Carlos, sendo que, para este, será aplicada pelo Tribunal de Justiça do Pará e, para aquele, tal mister compete ao Juízo das execuções.

14. (Instituto AOCB – 2021) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Conforme o princípio da anterioridade, o crime e a pena devem estar definidos em lei prévia ao fato cuja punição se pretende.
- b) É proibida a aplicação da lei penal, inclusive aos fatos praticados durante seu período de vacatio.
- c) A abolição criminis alcança a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- d) A novatio legis in melius, por configurar nítido benefício ao réu, deve retroagir.
- e) A lei penal intermediária é simultaneamente dotada de retroatividade e de ultratividade.

15. (Instituto AOCB – 2022) Suponha que, em agosto de 2022, o Brasil sedie importante evento internacional esportivo, com duração de um mês e que ocorrerá nas principais cidades do país. Aprevisão é de que venham ao Brasil para acompanhar o evento mais de 2 milhões de turistas, isso sem considerar o deslocamento de pessoas que ocorrerá por conta do próprio turismo interno brasileiro. À vista disso e temendo o aumento exagerado da ocorrência de alguns delitos, foi publicada lei de conteúdo penal prevendo que, durante o período de 15/06/2022

até 15/10/2022, a pena do crime de estelionato será de reclusão, de três a nove anos, sendo que, ao término do período estipulado em lei, a pena voltará a ser a prevista originariamente, isto é, reclusão, de um a cinco anos. No dia 04/08/2022, José, notável golpista, pratica o crime de estelionato contra Jimmy, turista americano que visitava Goiânia para acompanhar o evento esportivo. Encerrado o inquérito policial, José foi denunciado pelos fatos em 01/11/2022. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que

Considerando o caso narrado, é correto afirmar que

- a) a referida lei é um exemplo clássico de lei penal excepcional, que possui como uma de suas características ser autorrevogável.
- b) se trata de uma típica lei penal intermediária, dotada de ultratividade, razão pela qual José, em caso de condenação, estará sujeito à pena de reclusão, de três a nove anos.
- c) José, caso seja condenado, estará sujeito à pena de reclusão, de um a cinco anos, haja vista o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- d) caso seja condenado, José estará sujeito à pena de reclusão, de três a nove anos, tendo em vista que, na data dos fatos, estava vigente uma típica lei penal temporária.
- e) em atenção ao princípio da legalidade, José não poderá ser condenado, pois a lei penal que vigorava na data dos fatos não está mais vigente.

→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

16. (Instituto AOCB – 2021) Em determinado momento de escassez de água, em razão da ausência de chuvas, entrou em vigor nova lei penal que tornou crime a conduta de lavar carros e/ou calçadas, enquanto perdurasse o período de racionamento de água. Diante do caso hipotético exposto, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal

- a) retroativa.
- b) temporária.
- c) excepcional.
- d) Intermediária.
- e) exculpante.

17. (Instituto AOCB – 2021) Considere a seguinte situação hipotética:

Em razão do aumento nos casos de furto no país, foi publicada, em 10/04/2020, lei penal prevendo que, durante o período de 01/05/2020 até 31/12/2020, a pena do crime de furto simples seria de reclusão, de dois a cinco anos, devendo, ao término do período estipulado pela lei, voltar a ser a pena prevista anteriormente (reclusão, de um a quatro anos). Mário, no dia 18/07/2020, praticou o crime de furto simples, todavia, diante da morosidade do Poder Público, ele só veio a ser denunciado pelos fatos na data de 20/01/2021. De acordo com o Código Penal, Mário, se condenado, estará sujeito à pena de reclusão de

- a) um a quatro anos, em razão da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- b) um a quatro anos, em razão da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- c) um a quatro anos, aplicando-se, por analogia, a lei penal mais favorável ao réu.
- d) dois a cinco anos, em virtude da ultratividade da lei temporária.
- e) dois a cinco anos, por se tratar de lei excepcional.